

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Utilizar adequadamente o erário público do Governo e implementar políticas que beneficiem verdadeiramente a população

O Governo da RAEM implementou, em 2011, o “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, com o objectivo de incentivar os residentes a cultivarem-se ao longo da vida e de criar uma sociedade de aprendizagem.

Em 2012, apenas um ano após a execução do referido Programa, este foi criticado pelo Comissariado de Auditoria num relatório de auditoria de resultados, no qual aponta a “existência de várias e graves deficiências nos pedidos de subsídio, na comunicação dos resultados da apreciação e na fiscalização dos projectos, e a autorização de milhares de cursos sem passar por uma fiscalização efectiva”.

Em 2020, o Comissariado de Auditoria voltou a analisar os efeitos do referido relatório, acompanhando os problemas levantados em 2012, criticando severamente a “insuficiência de esforços na melhoria, com três deficiências nucleares por resolver durante muito tempo, incluindo uma taxa de inspecção extremamente baixa e a falta de mecanismos de prevenção”.

Em 2026, o Comissariado de Auditoria voltou a divulgar dois relatórios de auditoria de resultados – “Acompanhamento dos relatórios de auditoria do ano de 2020” e “Fiscalização do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, nos quais voltou a criticar a falta de fiscalização, a fraca análise de dados e o abuso de lacunas dos respectivos regimes no âmbito do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”. O relatório aponta que as

formas de fiscalização e as sanções anteriormente estabelecidas eram demasiadas brandas e leves, o que permitiu que algumas instituições e formandos aproveitassem as lacunas dos regimes, causando um grave desperdício de erário público.

No dia 4 de Junho de 2026, o Comissariado da Auditoria informou o Comissariado contra a Corrupção sobre falsas declarações relativas a cursos subsidiados no âmbito do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, ministrados por uma instituição educativa de Macau. Após investigação, o Comissariado contra a Corrupção considerou haver fortes indícios de que o responsável da respectiva instituição e 13 residentes de Macau terem praticado burlas para a obtenção dos subsídios atribuídos pelo “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”.

Até ao momento, foram implementadas cinco fases do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, sendo que a quinta fase termina no dia 30 de Junho. Desde a criação do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, a sua execução não tem sido satisfatória e tem sido alvo de críticas da sociedade, que tem solicitado várias vezes a optimização do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo” e a utilização adequada do erário público, com vista a recuperar a intenção inicial do Programa de “construir uma sociedade de aprendizagem”.

Para além dos diversos problemas na execução do Programa, o âmbito dos cursos do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo” é limitado, por exemplo, actualmente, os cursos extracurriculares de promoção do Desporto não são diversificados. De acordo com as respectivas informações, em Junho, dos 75 cursos relacionados com o Desporto, a maioria são, basicamente, cursos de ioga ou actividades semelhantes, não existindo outras modalidades desportivas disponíveis para inscrição, o que impede os residentes de escolherem outras modalidades, contrariando completamente a intenção original do Programa de criar uma “aprendizagem diversificada”.

Analisando a questão da falta de cursos extracurriculares diversificados de promoção do Desporto, o Governo da RAEM tem-se empenhado, ao longo dos anos, na promoção do “Desporto para Todos” como estratégia para a saúde da população. Os serviços responsáveis pela respectiva execução abrangem os serviços principais que estão sob a tutela do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, os órgãos municipais e as personalidades de reconhecido mérito e de reconhecido contributo na área do Desporto, que elaboram políticas estratégicas introduzindo ajustamentos, à procura de um consenso para o desenvolvimento de instalações e actividades desportivas. No entanto, devido à falta de clareza na divisão das competências e responsabilidades entre os principais serviços responsáveis, o desempenho do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo” tem-se revelado, ao longo dos anos, insatisfatório, tratando-se de uma situação difícil de mudar.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente e completa, sobre o seguinte:

1. Foram implementadas cinco fases do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo” desde a sua criação. Ao longo dos anos, o Comissariado de Auditoria tem criticado várias vezes o referido Programa, nomeadamente no que diz respeito a falta de fiscalização que tem originado fenómenos caóticos. Ademais, o mais recente relatório de auditoria continua a “relembrar os assuntos do passado”, originando uma nova ronda de discussões na sociedade. O Governo da RAEM tem vindo, ao longo dos anos, a gastar um montante avultado do erário público na política que beneficia a população, no entanto os seus resultados não foram satisfatórios. Assim sendo o Governo vai proceder à revisão e correcção dessa política “com muitas lacunas”, e ainda recolher, com seriedade, as opiniões e solicitações dos diversos sectores sociais, com vista a recuperar, atempadamente, a confiança dos residentes dessa política?

2. O “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo” tem sido alvo de críticas da sociedade devido à sua fiscalização e eficácia. Como é que o

Governo da RAEM vai reavaliar os benefícios sociais deste Programa, aproveitando a actual oportunidade da reforma da Administração Pública – “simplificação da administração e descentralização de poderes; fusão da descentralização de poderes e da gestão; e optimização dos serviços”, para alterar o modelo do passado, em que os serviços competentes aceitam de forma passiva as candidaturas das instituições? Vai adoptar um novo modelo, efectuando uma “distribuição proporcional” dos subsídios para diferentes áreas, ajustando o montante total dos subsídios, tendo em conta as necessidades sociais e os objectivos das acções governativas, para assim reduzir indirectamente a pressão dos principais serviços responsáveis pela inspecção e, conseqüentemente, alcançar os objectivos de “utilizar adequadamente o erário público, implementar políticas que beneficiem verdadeiramente a população e criar uma sociedade de aprendizagem”?

3. Tomando como exemplo o limitado âmbito dos cursos de Desporto e a homogeneização excessiva dos mesmos (por exemplo, em Junho, a maioria dos cursos são, basicamente, cursos de ioga ou actividades semelhantes), como é que o Governo da RAEM vai tomar a iniciativa de lançar medidas de incentivo para as diversas áreas, reforçar a cooperação interdepartamental, e desenvolver plenamente a eficácia dos organismos consultivos, orientando e apoiando, sob a orientação do Conselho do Desporto, as instituições das diversas áreas para aderirem ao “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, organizando cursos mais diversificados, com vista a concretizar os objectivos da promoção do “Desporto para Todos” e da aprendizagem ao longo da vida?

8 de Junho de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Che Sai Wang